



ISSN 2763-6739



MESTRADO
EM EDUCAÇÃO INCLUSIVA



ANÁLISE DA IMPLEMENTAÇÃO DA DISCIPLINA DE LÍNGUA DE SINAIS DE MOÇAMBIQUE NOS INSTITUTOS DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES

<http://doi.org/10.5212/RevTeiasConhecimento.2025.25471>



Elio Manuel Xavier

*Graduado em Pedagogia e mestrando em Avaliação Educacional
pela Universidade Rovuma de Moçambique e
Formador da Escola de Professores do Futuro- NIASSA- Mocambique
e- Mail: eliomanuelxavier@gmail.com*

<https://orcid.org/0009-0007-4694-2203>



Margarida Teblo

*Graduada em ensino de língua portuguesa
pela extinta Universidade Pedagógica Niassa Lichinga;
Mestranda na universidade rovuma - Niassa
Directora Adjunta Pedagógica do 2º ciclo na Escola Secundária Cristiano Paulo Taimo
e- Mail: margaridateblo79.MT@gmail.com*

<https://orcid.org/0009-0006-9546-9275>



Everson Manjinski

*Pós-doutor em Educação (UEPG)
e Professor de Programa de Pós-Graduação em Educação Inclusiva (PROFEI/UEPG)
da Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG).
e- Mail: emanjinski@uepg.br*

<https://orcid.org/0000-0002-8427-5129>



<http://lattes.cnpq.br/1080213560778828>



Geraldo Manjinski Junior

*Pós-doutor em Ciências Jurídicas (UNLM)
e Professor da graduação e pós-graduação da
Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG).
e-Mail: geraldomanjinski@uepg.br*

<https://orcid.org/0009-0006-1422-7929>



<http://lattes.cnpq.br/1888975921789433>



Como citar:

XAVIER, E. M. .; TEBLO, M. .; MANJINSKI, E. .; MANJINSKI JUNIOR, G. ANÁLISE DA IMPLEMENTAÇÃO DA DISCIPLINA DE LÍNGUA DE SINAIS DE MOÇAMBIQUE NOS INSTITUTOS DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES. **Revista Teias do Conhecimento**, Ponta Grossa, v. 1, n. 5, 2025. DOI: 10.5212/RevTeiasConhecimento.2025.25471. Disponível em: <https://revistas.uepg.br/index.php/teias/article/view/25471>. Acesso em: 17 ago. 2025.

ANÁLISE DA IMPLEMENTAÇÃO DA DISCIPLINA DE LÍNGUA DE SINAIS DE MOÇAMBIQUE NOS INSTITUTOS DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES

Elio Manuel Xavier, Margarida Teblo, Everson Manjinski e Geraldo Manjinski Junior

ANÁLISE DA IMPLEMENTAÇÃO DA DISCIPLINA DE LÍNGUA DE SINAIS DE MOÇAMBIQUE NOS INSTITUTOS DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES

RESUMO: Este artigo revisa a implementação da disciplina de Língua de Sinais de Moçambique (LSM) nos Institutos de Formação de Professores (IFP's). A pesquisa visa identificar os desafios, avanços e perspectivas desta inclusão curricular, considerando a importância de LSM na promoção da inclusão social e educacional dos alunos surdos. A revisão é organizada em três (3) secções principais: contexto histórico da educação inclusiva em Moçambique, análise da implementação da LSM nos IFP's e proposta para futuras pesquisas. A pesquisa apresenta os seguintes objectivos específicos: a) revisar a literatura existente sobre a implementação da LSM nos IFP's em Moçambique; b) identificar as melhores práticas, os desafios enfrentados e as implicações para a formação docente. Para o alcance destes objectivos foram revistos estudos de autores como: Nhapuala (2007), Matemulane (2015), Nandja (2021), UNESCO (1994) entre outros. Fez-se uma análise de documentos e decretos do MINED (2012, 2014, 2016, 2019), Constituição da República de Moçambique de 2004, entre outros. O estudo foi desenvolvido com base na abordagem qualitativa. Os resultados obtidos nesta pesquisa, sustentam que apesar dos esforços que estão sendo levados a cabo pelas autoridades no sentido de massificar a educação inclusiva com destaque para as LSM, através da formação de professores, ainda prevalecem desafios que resultam da falta domínio técnico e metodológico por parte dos formadores que leccionam essa disciplina, falta de materiais didáticos e a resistência de alguns professores e põr em práticas as metodologias inclusivas.

Palavras-Chave: Inclusão; Língua de Sinais de Moçambique, Formação de Professores.

ANALYSIS OF THE IMPLEMENTATION OF THE MOZAMBIKAN SIGN LANGUAGE DISCIPLINE IN TEACHER TRAINING INSTITUTES

ABSTRACT: This article reviews the implementation of the Mozambican Sign Language (LSM) discipline in Teacher Training Institutes (IFP's). The research aims to identify the challenges, advances and perspectives of this curricular inclusion, considering the importance of LSM in promoting the social and educational inclusion of deaf students. The review is organized into three (3) main sections: historical context of inclusive education in Mozambique, analysis of the implementation of LSM in IFP's and proposal for future research. The research has the following specific objectives: a) review the existing literature on the implementation of LSM in IFP's in Mozambique; b) identify best practices, challenges faced and implications for teacher training. To achieve these objectives, studies by authors such as: Nhapuala (2007), Matemulane (2015), Nandja (2021), UNESCO (1994) among others were reviewed. An analysis was made of documents and decrees from MINED (2012, 2014, 2016, 2019), Constitution of the Republic of Mozambique of 2004, among others. The study was developed based on a qualitative approach. The results obtained in this research, support that despite the efforts being carried out by the authorities in order to massify inclusive education with emphasis on LSM, through teacher training, challenges still prevail resulting from the lack of technical and methodological mastery on the part of part of the trainers who teach this subject, lack of teaching materials and the resistance of some teachers to put inclusive methodologies into practice.

Keywords: Inclusion, Mozambican Sign Language, Teacher Training

1. INTRODUÇÃO

A inclusão de pessoas com deficiência na sociedade e, especialmente no sistema educacional, é um tema de crescente relevância em Moçambique. A Língua de Sinais de Moçambique (LSM) surge como um instrumento vital para a comunicação e a inclusão de alunos surdos nas escolas. Nos últimos anos, a implementação da LSM nos Institutos de Formação de Professores (IFP's), tornou-se um componente crucial na formação de educadores capazes de atender à diversidade nas salas de aulas.

Embora haja um reconhecimento progressivo da importância da LSM, a sua inserção curricular, ainda enfrenta diversos desafios. A resistência cultural, a falta de formação específica para os docentes e a ausência de recursos adequados são alguns dos obstáculos que limitam a eficácia dessa disciplina. Além disso, a prática da educação inclusiva, muitas vezes não reflecte as políticas estabelecidas, evidenciando a necessidade de uma análise mais profunda sobre como a LSM está sendo implementada nos IFP's.

Este artigo tem como objectivo revisar a literatura existente sobre a implementação da LSM nos IFP's em Moçambique, identificando as melhores práticas, os desafios enfrentados e as implicações para a formação docente. A pesquisa busca contribuir para a compreensão mais abrangente do papel da LSM na promoção de uma educação inclusiva e de qualidade, promovendo a reflexão sobre como as instituições podem melhorar a formação de professores para atender efectivamente as necessidades dos alunos surdos.

A discussão é estruturada em torno de três (3) eixos principais: o contexto histórico e legislativo da educação inclusiva em Moçambique, a análise da implementação da LSM nos IFP's e sugestões para pesquisas futuras. Ao final, espera-se oferecer subsídios que possam orientar políticas e práticas educacionais mais eficazes, beneficiando não apenas os alunos surdos, mas toda a comunidade escolar.

ANÁLISE DA IMPLEMENTAÇÃO DA DISCIPLINA DE LÍNGUA DE SINAIS DE MOÇAMBIQUE NOS INSTITUTOS DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES

Elio Manuel Xavier, Margarida Teblo, Everson Manjinski e Geraldo Manjinski Junior

O interesse por essa pesquisa, resulta da experiência dos autores na qualidade de professores das escolas secundária e instituto de formação de professores, respectivamente, em vivenciar situações de falta de inclusão efectiva dos alunos com NEE, decorrente da falta de condições (materiais, equipamentos e instrumentos) e deficiente preparação dos professores, o que no seu entender, viola os direitos plasmados na declaração universal dos direitos humanos e de outros instrumentos legais.

A pesquisa foi desenvolvida com base na abordagem qualitativa, numa perspectiva interpretativista – reflexiva, sendo o interesse dos pesquisadores o de analisar a implementação da disciplina de LSM nos IFP's e sua implicação na aprendizagem dos alunos com necessidades educativas especiais nas escolas moçambicanas.

A inquietação desse estudo resulta na perspectiva dos autores, da deficiente formação de professores em LSM para o atendimento dos alunos surdos. Outrossim, nos preocupa o facto de, nas situações em que os professores foram devidamente treinados, estes não encontram condições materiais nas escolas para uma implementação efectiva da escolarização inclusiva dos surdos.

E para satisfazer essas inquietações, nos socorremos das seguintes técnicas de recolha de dados: a revisão da literatura e análise documental. No que tange a revisão da literatura, tivemos suporte de alguns estudos desenvolvidos sobre a matéria, a partir dos autores como: Nhapuala (2007); Matemulane (2015); Nandja (2021); Baptista (2001); Bavo e Coelho (2019); Muenga, Magalhães, Coelho e Gonçalves (S/D); Damota (2018); Machava (2014); Zamora (2014); Gonçalves e Vicente (2020); Chambal (2012) entre outros.

No que diz respeito a análise documental, apreciamos e analisamos vários instrumentos legais, sendo a destacar: A Constituição da República de Moçambique de 2004; Diploma Legislativo nº 2.288, de 25 de Setembro de 1962; Lei nº 4/83 de 23 de Março; Plano Estratégico de Educação – PEE (2012 – 2016); Plano Estratégico da Universidade Eduardo Mondlane PE – UEM (2012 – 2018); Programa Quinquenal do

ANÁLISE DA IMPLEMENTAÇÃO DA DISCIPLINA DE LÍNGUA DE SINAIS DE MOÇAMBIQUE NOS INSTITUTOS DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES

Elio Manuel Xavier, Margarida Teblo, Everson Manjinski e Geraldo Manjinski Junior

Governo de Moçambique (2015 – 2019); Plano Curricular de Formação de Professores e Educadores de Adultos (2019); Plano Curricular do Ensino Primário; Plano Curricular do Ensino Secundário; Estratégias de Educação Inclusiva e Desenvolvimento da Criança com Deficiência (2020 – 2029); Lei 18/2018 – Lei do Sistema Nacional de Educação, de 28 de Dezembro de 2018; Esses instrumentos normativos, permitiram-nos ter uma visão mais abrangente no que se refere a política de inclusão dos alunos com necessidades educativas especiais e a importância de uma estratégia de formação de professores orientada para a inclusão escolar.

2. HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO DOS SURDOS EM MOÇAMBIQUE.

Falar da história da educação dos surdos em moçambique, bem como no mundo, é essencial, para termos uma ideia mais abrangente sobre o tratamento desse grupo social ao longo da história, a fim de reduzirmos o máximo possível, a margem de erros, ao fazermos uma análise sobre a inserção social e principalmente a sua inclusão no contexto educacional.

Neste capítulo, buscamos de forma breve, trazer a história da educação desse grupo social em Moçambique e um pouco pelo mundo, como enfatiza Goldfeld, (2002, p.27), “conhecer a história, bem como as filosofias educacionais, para surdos, é um primeiro passo para iniciar um estudo mais aprofundado”.

Ao falarmos da educação dos surdos, antes de referenciar o contexto moçambicano, é fundamental pregar para a história global da educação desse grupo social.

Nas civilizações grego-romanas, os surdos eram considerados incapazes, sem fé, discriminados, sem direitos cívicos (votos) e sem acesso a educação (Carvalho, 2007). O mesmo autor analisa o tratamento dos surdos no Egito, dos anos 300 a.c., ao destacar que “os surdos eram adorados como deuses, porque acreditava-se que pessoas surdas tinham ligação com uma força divina” (Carvalho, 2007).

ANÁLISE DA IMPLEMENTAÇÃO DA DISCIPLINA DE LÍNGUA DE SINAIS DE MOÇAMBIQUE NOS INSTITUTOS DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES

Elio Manuel Xavier, Margarida Teblo, Everson Manjinski e Geraldo Manjinski Junior

Ao contrario do Egipto, em que os deficientes auditivos eram venerados e a deficiência era associada a uma força divina benígna, na antiga Grecia, eram considerados obras do maligno “diabo” (Bavo e Coelho, 2019); qualquer individuo com uma certa deficiencia, incluindo a surdez, era condenado a morte pela sociedade da época, através de afogamentos em rios e mares.

O povo Hebreu, nos primeiros 5 livros da bíblia tras uma referência aos surdos e cegos, eles tinham protecção e eram considerados cidadãos da mesma. Por seu turno, os gauleses ofereciam os surdos em forma de oferenda ao deus Teutates. Já na China, nas primeiras dinastias, as crianças surdas eram jogadas no oceano (Junior, et al, 2021).

A semelhança de pessoas com outras tipologias de deficiências, os surdos tiveram que passar por vários processos histórico-sociais para que tivessem o reconhecimento dos seus direitos como humanos e acesso a educação. Esse tratamento que era dada aos surdos, demonstrou ao longo da história, o carácter angustiante e aterrador a que essas pessoas eram sujeitas ao longo das suas vidas (Salles, Fraulstich, Carvalho & Ramos:2004).

No entanto, na década 60 surgem os primeiros sinais de alfabetização das pessoas com surdez, com a fundação da primeira escola pública no mundo para a educação de surdos, em Paris, pelo francês Abade Charles Michel de L’Pée (Perreira, et al, 2011). Antes porém, importa destacar o trabalho do monge benedito, Pedro Ponce de Leon, que foi o primeiro professor de surdos, por volta do século XVI, em Espanha.

No Brasil, a educação de surdos, teve seu inicio em 1857, quando o Frances Huet, a convite do Imperador D. Pedro II, funda o Instituto Nacional de Educação de Surdos e cria a primeira escola para essa tipologia de deficiência. (Salles et al, 2004).

Já em Moçambique, a história da educação dos surdos é marcada por desafios e conquistas ao longo do tempo. A educação de pessoas com deficiência auditiva inicia-se mais tarde, se comparado com o resto do mundo, por volta da década 90,

ANÁLISE DA IMPLEMENTAÇÃO DA DISCIPLINA DE LÍNGUA DE SINAIS DE MOÇAMBIQUE NOS INSTITUTOS DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES

Elio Manuel Xavier, Margarida Teblo, Everson Manjinski e Geraldo Manjinski Junior

influenciada pelas políticas ocidentais. Como apontam Bavo e Coelho (2019), “o acesso a educação de crianças, jovens e adultos surdos em Moçambique, teve início em 1962, com a criação das primeiras escolas especiais privadas, através do Diploma Legislativo 2.288, de 25 de Setembro de 1962”.

Logo após a independência, e com a introdução do Sistema Nacional de Educação (SNE) em 1983, o ensino de crianças, jovens e adultos com dificuldades de aprendizagem no geral, sofreu mudanças significativas no âmbito educativo. Em concordância com o artigo 18, da Lei nº 4/83 de 23 de Março, “o ensino especial passou a proporcionar uma formação que permitisse a integração dessas crianças, jovens e adultos em turmas especiais dentro das escolas regulares”.

No que concerne a crianças, jovens e adultos surdos, esta estruturação foi resguardada pela Constituição da República de 2004, no seu nº 2 do artigo 125, ao estabelecer que o “Estado promove a criação de condições necessárias para a aprendizagem da Língua de Sinais de Moçambique”. O artigo 9 do mesmo diploma legal, reitera que o Estado valoriza as línguas nacionais como património cultural e educacional e, reconhece a existência da Língua de Sinais de Moçambique (LSM), como língua para população surda moçambicana.

Em 1992, é criado um projecto de atendimento para os surdos, através de um programa designado por ABC, em que um dos pilares, era de desenvolver as actividades da área de LS, (Damota, 2018), com os seguintes objectivos: 1) Capacitar líderes surdos para a recolha, investigação e sistematização de sinais; 2) Criar grupos de surdos a nível nacional para produção do 1º dicionário de LS e; 3) Formar professores e técnicos em LSM.

Apesar do acesso à escola de crianças, jovens e adultos surdos ter iniciado em 1962 (Bavo & Coelho, 2019), com a implementação das escolas especiais privadas, só em 1998, é que o país adere a filosofia da Educação Inclusiva (EI), tendo no mesmo ano dado o início às actividades de implementação do projecto piloto Escolas Inclusivas. Na sua genese, o projecto assentava em três princípios fundamentais, designadamente: 1) o direito a educação; 2) o direito a igualdade de direitos de

oportunidade e; 3) o direito a participação na sociedade (UEM, 2013).

Em 2019 é implementado o modelo de formação de professores (12^a+3 anos), onde são introduzidas as disciplinas que tratam da áreas de inclusão (Braille, LSM e NEE) nos IFP's (INDE – MINEDH, 2019), com objectivo de preparar professores capazes de promover a inclusão desse grupo social no sistema regular de ensino. Antes porém, da implementação desse modelo de formação, os conteúdos sobre as NEE já se tratavam no modelo anterior de formação de professores (10^a+1ano), como temas transversais na disciplina de Psicopedagogia.

Contudo, e apesar dos esforços que as autoridades moçambicanas têm empreendido para a efectivação duma política inclusiva efectiva, com a criação de programas e aprovação de leis sobre a inclusão escolar dos alunos com NEE's, prevalecem desafios decorrentes da falta de formação específica para os docentes e a ausência de recursos adequados (Regildo, 2018; Lopes, 2020), o que nos leva afirmar que a situação da inclusão escolar dos alunos com NEE, com destaque para àquelas severas (surdez/mudez, cegueira), continua a quem do recomendado pelas normas internacionais.

Outrossim, prevalecem fragilidades reveladoras do fosso existente entre a problemática a nível da concepção de políticas e o contexto de implementação das mesmas (Reginaldo, 2018), situação que pode ter contribuído para a fragilização das habilidades educativas desejadas nos surdos (Muenga, Magalhães, Coelho & Gonçalves, 2017).

Importa destacar que Moçambique conta com cerca de 727.620 pessoas com algum tipo de deficiência auditiva, segundo os dados do Instituto Nacional de Estatística (INE), com base no censo mais recente, de 2017. Desses dados, cerca de 68 mil pessoas, são surdos/mudos, ainda de acordo com o censo populacional de 2017 e mais que a metade do total das pessoas com essa deficiência (surdos/mudos), não tem acesso a educação formal (INE, 2017).

3. LÍNGUA DE SINAIS DE MOÇAMBIQUE (LSM): GÊNESE, HISTÓRIA E EVOLUÇÃO

Assim como as línguas faladas, as Línguas de Sinais (LS), não são universais (Quadros, 1998, p. 64): cada país apresenta sua própria língua. Tomando como exemplo alguns países da Lusofonia, vemos que cada país, tem a sua Língua de Sinais: Brasil temos a Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) em Portugal a Língua Gestual Portuguesa (LGP), em Angola a Língua Angolana de Sinais (LAS) (Quadros, 1998, p.65). No caso de Moçambique, temos a Língua de Sinais de Moçambique (LSM).

O ensino dessa linguagem, é uma questão inquietante no contexto da educação dos surdos em Moçambique, pois, o reconhecimento da importância do estudo da mesma no ensino dos surdos, ainda é deixado de lado. Há uma necessidade de reflexão, no sentido de evidenciar a sua importância.

No que concerne a origem e história da LSM, são escassos estudos que a sustentam, todavia, e apesar da história de LS no mundo ser bastante antiga, somente em 1990 é que se fala de Língua de Sinais Moçambicana (Bavo & Coelho, 2019). Ainda assim, os censos populacionais subsequentes a 1990, nomeadamente 1997, 2007 e 2017, não registaram a existência de LSM, na distribuição e diversificação linguística do país. Chimbuta (2015), em Bavo & Coelho (2019), afirmam que em muitos países multilingues, como é o caso de Moçambique, não existe um documento que define a sua política linguística.

Ainda que a história da LSM tenha sido reconhecida através da Constituição da República e outros dispositivos legais, o seu estatuto oficial de língua de ensino continua a quem do mínimo desejável na sociedade moçambicana (Bavo & Coelho, 2019), decorrente da falta da massificação da mesma no sistema regular de ensino. Bavo e Coelho (2019) em Lopes (1997), defendem por exemplo, a existência de uma política linguística nacional que consiste no abandono de uma visão de um Estado – Nação unido em torno de uma língua ex-colonial, o Português, passando a um Estado – Nação em que o multilinguismo e o multiculturalismo são vistos como estímulos

ANÁLISE DA IMPLEMENTAÇÃO DA DISCIPLINA DE LÍNGUA DE SINAIS DE MOÇAMBIQUE NOS INSTITUTOS DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES

Elio Manuel Xavier, Margarida Teblo, Everson Manjinski e Geraldo Manjinski Junior

incontornáveis na edificação da moçambicanidade.

O direito a educação dos indivíduos surdos em Moçambique, é salvaguardado pela Constituição da República. Como forma de assegurar e garantir o cumprimento dessa norma, a língua utilizada pelos surdos foi reflectida no Plano Estratégico de Educação (PEE) 2012 – 2016 do então Ministério de Educação (MINED), que referenciava a igualdade de oportunidades através da promoção de uma participação inclusiva que se devia proporcionar a crianças, jovens e adultos com Necessidades Educativas Especiais (NEE) em cada um dos níveis de ensino (MINED, 2012).

Em concordância com o PEE 2012 – 2016, a Universidade Eduardo Mondlane (UEM), no seu Plano Estratégico 2012 – 2018, preconiza o alargamento da oferta de cursos e programas de graduação e pós – graduação, prestando particular atenção, por um lado, àqueles que ainda não eram ministrados por outras instituições locais e, por outro, às necessidades e planos de desenvolvimento do país.

Com base no preceituado na constituição da República, no Plano Estratégico da Educação e no Plano Estratégico da UEM, a Faculdade de Educação da UEM, procurando acomodar as políticas da Educação Inclusiva (EI) do Governo de Moçambique e do MINED em particular se propõem a introduzir um curso de Licenciatura em Língua de Sinais Moçambicana (MINED, 2012, p.21) no seu plano de desenvolvimento.

Essa medida, foi motivada, pela necessidade de: a) formar docentes qualificados na área de LSM; b) melhorar o acesso e a qualidade de ensino oferecida aos alunos surdos através de um processo de iniciação da alfabetização em LS anteriores ao de alfabetização em língua portuguesa; c) permitir a mobilização do cidadão e promover a integração regional e no mundo, e, dessa forma, d) promover a cultura surda como modo vivendi que se traduz na forma característica dos surdos aprenderem o mundo como fonte de valores e comportamentos comumente aceites e partilhados (PE – UEM, 2013).

Em 1992, inicia-se com a formação de professores em LSM, com ajuda da

ANÁLISE DA IMPLEMENTAÇÃO DA DISCIPLINA DE LÍNGUA DE SINAIS DE MOÇAMBIQUE NOS INSTITUTOS DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES

Elio Manuel Xavier, Margarida Teblo, Everson Manjinski e Geraldo Manjinski Junior

cooperação finlandesa. Para além dos professores, essa formação destinava-se aos interpretes e pais, e tinha como finalidade, trabalhar com alunos surdos em escolas especiais.

Na época, a formação assentava na metodologia oralista, que compreendia os surdos como deficientes da audição, da fala e da comunicação entre outros adjectivos de acordo com a visão e o método médico – terapêutico (Bavo & Coelho, 2019).

“Este método e orientação, justificam a matriz da deficiência, dominante na educação dos surdos em Moçambique e deixam antever dificuldades para a mudança desta matriz no sentido de atendimento da surdez como uma diferença linguística e cultural e da comunidade surda como uma minoria com uma língua e cultura próprias, tal como a cooperação finlandesa veio, de certa forma introduzir” (Bavo & Coelho, 2019).

Em 1995, ainda com apoio da cooperação finlandesa, foi produzido o 1º Dicionário de LSM. A partir daí, o processo de ensino e aprendizagem dos surdos nas escolas especiais e nos Centros de Recursos de Educação Inclusiva (CREI), passou a adoptar a comunicação total. “Esta consistia numa abordagem do trabalho com crianças surdas que admitia toda uma gama de recursos e procedimentos entre os quais a LS, embora sempre ao serviço da promoção da oralidade” (Baptista, 2001, p.11).

O segundo volume do Dicionário de LSM, foi elaborado em 2002 (Muchanga, 2020, p.22), contudo, esse Dicionário não foi publicado por possuir muitos erros (Ngunga et al, 2013), estando neste momento em processo de revisão, ainda assim, continua sendo usado nas instituições onde a LSM é leccionada como disciplina, como é o caso dos IFP's.

Como precomizado no PCES (Plano Curricular do Ensino Secundário, 2022), a LSM, surge no contexto de operacionalização dos princípios legais que defendem a sua utilização na educação, pelos alunos com deficiência auditiva. Ela visa desenvolver a competência comunicativa e linguístico-gestual dos alunos com essa deficiência.

4. FORMAÇÃO DE PROFESSORES PARA A INCLUSÃO DE ALUNOS COM NEE.

Grande parte da formação inicial dos professores, com destaque para o ensino primário (1^a a 6^a classe), é oferecida pelos institutos de formação de professores. Deste modo, a formação de professores efectiva-se por meio de propostas curriculares centralizadas do Ministerio de Educação e Desenvolvimento Humano (Chambal & Bueno, 2014), destinadas ao ensino básico, segundo os quais se pretende conferir ao professor uma sólida formação científica, psicopedagógica e metodológica.

Inicialmente, as matérias ligadas às áreas de educação inclusiva, eram tratadas como temas transversais na disciplina de Psicopedagogia, no modelo de formação de 10^a+1ano, que antecede o actual modelo de 12^a+3 anos, o que contrastava as proposições globais das políticas educacionais, onde previa-se a introdução das disciplinas da educação especial nos currículos de formação inicial dos professores em todos IFP's (Chambal e Bueno, 2014, p.5)

Como sugerido no Programa Quinquenal do Governo (2015 – 2019), o sistema de educação expandiu-se em termos de escolas e da participação dos alunos em todos os níveis e tipos de ensino, entretanto, a melhoria da qualidade continuava a constituir um desafio.

Sendo Moçambique um país multilingue e multicultural, onde coexistem grupos etnolinguísticos, colocam-se grandes desafios para atender esta diversidade cultural e linguística que caracteriza o país (INDE, 2019). Daí que o sector de educação no geral e a formação de professores, em particular, são desafiados a preparar profissionais capazes de comunicar na língua de ensino, incluindo a LS. Acrescem-se a esses desafios, os Objectivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), que preconizam que até 2030, os países devem assegurar uma educação inclusiva, equitativa e de qualidade e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos os cidadãos, incluindo os deficientes auditivos (INDE, 2019).

ANÁLISE DA IMPLEMENTAÇÃO DA DISCIPLINA DE LÍNGUA DE SINAIS DE MOÇAMBIQUE NOS INSTITUTOS DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES

Elio Manuel Xavier, Margarida Teblo, Everson Manjinski e Geraldo Manjinski Junior

Convista a dar resposta a esses desafios o Ministerio de Educação e Desenvolvimento Humano (MEDH) introduziu reformas nos Institutos de Formação de Professores (IFP), com a implementação do Curso de Formação de Professores do Ensino Primário e Educadores de Adultos, tendo o perfil de ingresso e a duração, passado dos anteriores 10^a + 1 ano para 12^a + 3 anos de formação. De entre várias reformas que foram incorporadas, destaca-se a introdução da disciplina de Língua de Sinais de Moçambique (LSM).

A incorporação desta disciplina, nos IFP's, surge no contexto da operacionalização dos princípios legais que definem a sua utilização na educação dos Surdos. Ela visa desenvolver a competência comunicativa e linguística – gestual do futuro professor em treinamento e promover o reconhecimento como uma das linguas moçambicanas e a sua massificação, tendo em conta as particularidades psicológicas do desenvolvimento da criança (INDE, 2019).

A LSM tem enfoque no estudo da situação linguística das pessoas com NEE, decorrentes da deficiência auditiva, classificação da perda auditiva e implicações para a aprendizagem, estrutura da Língua, cultura dos surdos e uso da mesma, como meio de ensino e aprendizagem da leitura e escrita da língua oral (INDE, 2019, p.28).

No contexto de formação de professores do ensino básico, a disciplina de LSM, visa desenvolver a competencia comunicativa linguístico gestual do formando para que o direito de todos a educação, incluindo os surdos, seja salvaguardado no país, promover o reconhecimento da mesma como uma das linguas moçambicanas, tornando imperioso a sua massificação.

Contudo, e a pesar das boas intenções que nortearam a incorporação da disciplina de LSM nos IFP's, prevalecem desafios na sua efectivação do ponto de vista dos recursos humanos. É que a sua implementação, não foi antecedita muito menos acompanhada com a respectiva preparação do corpo docente a fim de lidar eficazmente com ela. Como evidencia Nandja (2021, p.62), o fosso entre o planificado e prescrito em documentos normativos (nacionais e internacionais) e a prática observável nos IFP's, é ainda abismal, pois, os gestores e formadores ainda não se apropriaram das demandas impostas pelo currículo de formação de professores ora

em curso.

Na mesma perspectiva, Nhapuala (2017) e Matemulane (2015), admitem que a formação de professores em moçambique não permite uma pronta actuação/intervenção face a inclusão, tendo em vista as condições de formação, recursos e a separação entre a carga horaria e a natureza de algumas particularidades de alunos com destaque para aquelas de carácter severo (mudez/surdez e cegueira).

5. CONCLUSÃO

A implementação da disciplina de LSM nos IFP's em Moçambique, representa um passo significativo na promoção da inclusão e na valorização da comunidade surda. A inclusão da LSM no currículo de formação de professores é essencial para preparar educadores capazes de atender as necessidades dos alunos surdos.

Com base nesse estudo, deduzimos que apesar dos avanços, ainda existem desafios, como a escassez de materiais didácticos adequados, a falta de formação contínua para os professores e a resistência de alguns professores em utilizar métodos inclusivos. Sendo que essas barreiras comprometem o alcance da justiça social e põem em causa os pressupostos preconizados nos instrumentos normativos nacionais e internacionais, é fundamental enfrenta-las para garantir uma implementação eficaz

Apesar dos desafios acima destacados, nota-se uma mudança de mentalidade por parte dos governantes no que diz respeito ao reconhecimento dos direitos fundamentais das pessoas com NEE. A incorporação das disciplinas que tratam da inclusão nos subsistemas de formação de professores e do ensino geral (secundário), é uma evidência dessa vontade política no que diz respeito a valorização e promoção do direito a educação a esses grupos sociais, sendo o maior desafio o de mobilização de investimentos para assegurar a efectiva inclusão escolar.

Contudo, afigura-se pertinente a massificação da formação de professores e incrementar a presença de professores formados em LSM nas escolas, através da

ANÁLISE DA IMPLEMENTAÇÃO DA DISCIPLINA DE LÍNGUA DE SINAIS DE MOÇAMBIQUE NOS INSTITUTOS DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES

Elio Manuel Xavier, Margarida Teblo, Everson Manjinski e Geraldo Manjinski Junior

criação de sinergias que permitam articular várias valências a nível legislativo, administrativo, pedagógico e comunitário Muengua (2019), Magalhães(2002), Coelho (2010) e Gonçalves (2005), mas essa pretensão passa pela qualificação dos formadores de LSM nos IFP's.

A implementação da disciplina de LSM nos IFP's, é um passo vital para a construção de uma sociedade mais inclusiva. Ao superar os desafios e promover a formação de educadores competentes, é possível garantir que todos os alunos, independentemente da sua habilidade auditiva tenham acesso a uma educação de qualidade.

Estudos mais aprofundados sobre a implementação da disciplina de LSM nos Institutos de Formação de Professores em particular e no ensino primário e secundário no geral, são recomendados para aferir a eficácia da sua efectivação no contexto de educação inclusiva. Igualmente, sugere-se que se faça mais estudos sobre a origem e evolução da história da Língua de Sinais de Moçambique, uma vez que o estudo revelou haver escassez desse tipo pesquisas.

REFERÊNCIAS

Bavo, N, & Coelho, O. (2019). Pertinência e urgência da língua de sinais (L1) e do português (L2/LE) no currículo dos alunos surdos em Moçambique. *Revista e-Curriculum*, 17 (3), 909 – 932.

Carvalho, P. (2019) A educação de surdos na Casa Pia de Lisboa: Resenha histórica. Lisboa: Casa Pia de Lisboa, IP.

Chambal, L. (2012). A formação inicial de professores para a inclusão escolar de alunos com deficiência em Moçambique. Dese de Doutoramento, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, Brasil.

Coelho, O. (2010). Surdez, Educação e Cidadania. Duas línguas para um caminho e para um mundo; Porto Livpsic.

Damota, I. (2018) Análise das Barreiras e possibilidades de inclusão educativa de alunos con Necessidades Educativas Especiais em três escolas do distrito de Inharime. In J. Bastos & M. Abacar (Orgs.). Educação em Moçambique: políticas, concepções e práticas. (pp.212-227). Maputo: Editora Educar – UP.

ANÁLISE DA IMPLEMENTAÇÃO DA DISCIPLINA DE LÍNGUA DE SINAIS DE MOÇAMBIQUE NOS INSTITUTOS DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES

Elio Manuel Xavier, Margarida Teblo, Everson Manjinski e Geraldo Manjinski Junior

Gonsálves, C. & Vicente, E. (2020). A inclusão escolar de alunos com necessidades educativas especiais de visão cidade da Beira: um discurso panfletório? Revista científica da Universidade Eduardo Mondlane: Série Ciências da Educação, 2 (2), 1 – 16.

Machava, E. (2014). Diagnóstico da participação de crianças moçambicanas com necessidades educativas especiais nas aulas de educação inclusiva: o caso das escolas secundárias públicas da cidade de Maputo. In H. Dias, S. Duarte, & S. Picardo. Didáticas práticas e necessidades educativas especiais (pp. 228 – 240). Maputo: Alcance Editores.

Muengua, L. (2019). Análise do progresso de inclusão do aluno surdo na identificação de gestos para conteúdos artísticos: Dissertação de Mestrado, Faculdade de Psicologia e Ciências de Educação da Universidade do Porto, Porto, Portugal.

Nhapuala, G. & Almeida L. (2016). Formação de Professores em Inclusão em Moçambique. Journal of Reseach in Special Education Needs, 16 (1), 520 – 523.

Zamora, J. R. (2014). O papel da língua de sinais na inclusão escolar social de alunos surdos em Moçambique. In H. Dias, S. Duarte & S. Picardo. Didáticas, práticas e necessidades educativas especiais (pp. 251 – 258). Maputo: Alcance Editores.

Lei 18/2018 – Lei do Sistema Nacional de Educação, de 28 de Dezembro de 2018. Boletim da República, 2º suplemento, 1ª Série, nº 254. Moçambique.

MOÇAMBIQUE, (2020). Ministerio de Educação e Desenvolvimento Humano – MINEDH “Estratégias de Educação Inclusiva e Desenvolvimento da Criança com Deficiência 2020 – 2029”. Moçambique.

MOÇAMBIQUE/MINED – INDE (2019) “Plano Curricular do Curso de Formação de Professores do Ensino Primário e Educadores de Adultos”

MOÇAMBIQUE (2004); Constituição da República , Imprensa Nacional de Moçambique; Maputo

MOÇAMBIQUE, Lei nº 4/83 de 23 de Março de 1983, do o Sistema Nacional de Educação.

MOÇAMBIQUE/MINED (2012). Plano Estratégico da Educação 2012 - 2016: “Vamos aprender!” Construindo competências para um Moçambique em constante desenvolvimento. Maputo.

MOÇAMBIQUE/MINEDH. Plano Estratégico da Educação 2020 – 2029: Por uma educação inclusiva, patriótica e de qualidade. Maputo: 2020.